

Ajuste adia a revisão mais uma vez

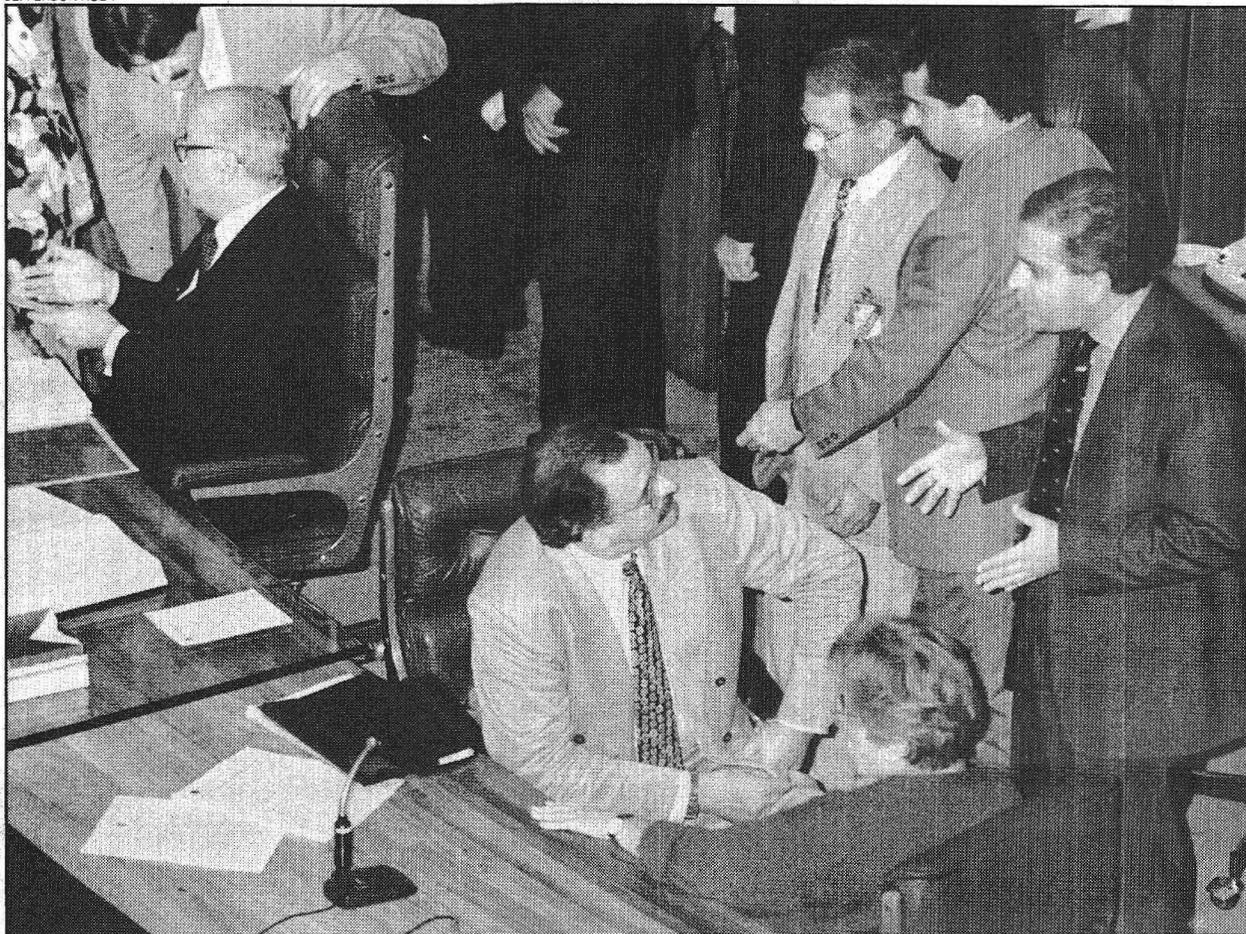
A votação das medidas provisórias relativas ao ajuste fiscal, que venciam ontem, adiou mais uma vez o início da revisão constitucional. A notícia de um suposto acordo entre o governo e os contras adiando a revisão em troca de apoio às medidas provisórias provocou protestos dos partidos favoráveis à reforma. “Não posso aceitar isso”, criticava o líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA).

Luís Eduardo só ficou tranquilo depois que ouviu do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a garantia de que o Governo não fez acordo pelo apoio às MP's em troca de uma transferência do início da revisão. “As MP's têm que ser votadas, mas a revisão é fundamental”. Segundo o líder Cardoso assegurou que a revisão será a partir de agora “prioridade absoluta” para o Governo. “O Governo é importante para mobilizar os partidos. Era o que faltava”, disse Luís Eduardo.

O líder do Governo, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB/SP), também negou um acordo. “Houve foi um entendimento para votar as MP's que têm um prazo para vencer. Não fiz acordo contra nada. Sou a favor da revisão mas preciso votar as medidas porque estou condenado aos prazos”. Segundo Santos que, com o líder do PSDB, José Serra, levou Luís Eduardo a Cardoso, a revisão é a “única saída” para o País e precisa acontecer, mesmo que seja necessário prorrogar a data prevista para seu término, 15 de março.

O relator da revisão, deputado Néelson Jobim (PMDB/RS), não colocou as MP's como mais um obstáculo à revisão: “Não foi uma desculpa. É um fato. Sem a votação, o plano econômico fica inviabilizado”. O adiamento terminou beneficiando os contras. O deputado Eduardo Jorge (PT/SP), em greve de fome contra a revisão, também negou um acordo e atribuiu o atraso do início da revisão à falta de capacidade dos partidos para mobilizar os parlamen-

JEFFERSON RUDY



Por trás de Lucena (E), Luís Eduardo cobra de Jobim, sentado, o avanço da revisão: promessas para a semana

tares.

Sorte — “Essa foi a grande piada do dia”, reagiu o líder do PT, José Fortunatti, a notícia de um acordo com o Governo. “Nosso único acordo é com o Lula”. Mas Fortunatti admitiu que a “casualidade” terminou favorecendo os partidos que estão contra a revisão. O PT vem apoiando o plano econômico. “Tivemos foi sorte”.

Pela manhã, chegou a ser levada ao senador Márico Covas (PSDB/SP), a idéia de que os contras apoiariam o plano, votando as MP's e adiando a revisão, mas que o PFL queria priorizar a reforma. “Não poderíamos fazer nenhum acordo desse tipo”, disse Covas.

Lucena — No meio deste jogo de empurra-empurra, o presidente do Congresso Nacional e do congresso revisor, senador Humberto Lucena (PMDB/PB), limitou-se a evitar a pressão dos parlamentares. Nos dois últimos dias — quando a situação se agravou —, Lucena tem sido fortemente pressionado pelos que querem ênfase na revisão. Ele prefere não reagir às críticas e as únicas providências tomadas foram marcar e desmarcar reuniões com líderes.

Foram adiados para hoje pelo menos três importantes compromissos da agenda política nacional: a reunião em que os líderes discutiriam com a direção da Câmara e do Senado os desdo-

bramentos do relatório da CPI do Orçamento, o encontro para debater a instalação de novas CPIs, como a das empreiteiras e a que vai investigar as contas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o almoço para negociar o início da revisão. “Continuo pedindo mão-de-ferro do presidente da revisão, mas parece que não está adiantando”, reclamou o deputado Nelson Jobim.

Nelson Jobim nomeou o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) como o relator-adjunto da reforma constitucional. “Ele será uma espécie de articulador político no Senado e, principalmente, com a presidência da revisão”, explicou o relator-geral.